

# O Canto Orfeônico do Estado Novo: o orfeão de Orfeu

João Carlos Talina <sup>a</sup>

**Resumo:** A educação musical, assim como a educação brasileira em sua totalidade, passariam por profundas modificações no período do Estado Novo. Influenciadas ou não por modelos estrangeiros, moldariam-se também, pelos novos imperativos políticos, sociais e econômicos deste período de governo. O Estado Novo, encabeçado por Getúlio Vargas, teria lançado mão da Educação para incutir nas massas populares a ideologia do novo regime. Portanto, a escola neste período se caracterizaria também, por ser um aparelho ideológico à serviço do estado autoritário. Conseqüentemente, o Canto Orfeônico, como proposta pedagógico-musical, se caracterizaria como um instrumento político ideológico do Estado getulista.

**Palavra-chave:** Estado Novo, Ideologia, Educação Musical, Canto Orfeônico, Educação Brasileira.

## INTRODUÇÃO

*Não há música sem ideologia. Os mestres antigos tinham, consciente e inconscientemente, uma orientação política. A maioria deles apoiava naturalmente o domínio das classes dominantes. Apenas Beethoven foi um precursor do movimento revolucionário.*

Serguei Prokófiev<sup>1</sup>

O presente artigo<sup>2</sup> aborda o compositor brasileiro Heitor

Villa-Lobos<sup>3</sup>, em especial, como educador musical no Estado Novo<sup>4</sup> e seu trabalho frente ao Canto Orfeônico<sup>5</sup>, o qual ainda é uma sombra de mistérios e obscurantismos que o cercam, mas que despertam, da mesma forma, uma curiosidade científica, uma expectativa em conhecer mais sobre como se processou a educação musical durante esse período histórico

---

<sup>a</sup> Capitão Músico do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, mestre em Ciências da Arte. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



muito marcante na educação brasileira.

As figuras de Getúlio Vargas e de Villa-Lobos, bem como o relacionamento dos dois no cenário da vida sociopolítica e cultural brasileira, poder-se-ia nos remeter ao mesmo cenário, levando-nos também, a associá-los, de uma forma ou de outra, às figuras de Adolf Hitler<sup>6</sup> e do compositor Richard Wagner<sup>7</sup> na Alemanha, a partir da década de 1930<sup>8</sup>.

Tal analogia se fundamenta nas semelhanças de fatos que ocorriam, concomitantemente, tanto no Brasil, quanto na Alemanha<sup>9</sup>, tais como: grandes concentrações humanas com música, nas paradas militares em datas cívicas; manifestações para-militares, cujas composições penetrariam no coração de um povo adormecido, despertando-lhe um sentimento de patriotismo, disciplina, culto à Pátria e à autoridade, entre outros ideais, com o objetivo de se construir uma identidade e uma nacionalidade, em face de

um novo país e de uma nova sociedade que surgiam.

No propósito de conhecer a função do Canto Orfeônico no Estado Novo, faz-se necessário também conhecer alguns aspectos característicos deste período, bem como, a educação brasileira, para que, com isso, tenhamos subsídios para possibilitar o entendimento da função.

Portanto, pretendemos enfocar algumas características da educação musical do Canto Orfeônico, como também da educação brasileira e do Estado Novo.

De forma alguma poderíamos deixar de citar figuras proeminentes do regime, como o próprio Getúlio Vargas, Gustavo Capanema<sup>10</sup>, Lourenço Filho<sup>11</sup>, Fernando de Azevedo<sup>12</sup>, Anísio Teixeira<sup>13</sup> e Heitor Villa-Lobos. Esses últimos, elementos da elite educadora brasileira<sup>14</sup>, estavam ligados diretamente ao Estado Getulista e colaboraram para que a educação, bem como a educação musical, fossem



moldadas também segundo suas diretrizes ideológicas, colocando-as à serviço deste governo, constituindo-se ou não como aparelho ideológico<sup>15</sup> do Estado Novo.

## O ESTADO NOVO

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas sobe ao poder. Em 1937, por meio de um autogolpe, proclama o Estado Novo, período de profundas modificações ao nível socio-político, econômico e cultural.

Nesse sentido, Romanelli observa que

A economia brasileira reagia de força dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência de renda de um para outro setor. Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial.<sup>16</sup>

Segundo Warrean Dean

[...] os fazendeiros não sofreram a derrota ideológica e política, mas encontraram o Governo menos interessado em manter-lhes os privilégios e mais preocupado em aumentar-lhes a produtividade.<sup>17</sup>

O governo de Getúlio Vargas surgiu no período em que também se estabelecem os regimes nazifacistas europeus<sup>18</sup>, possuindo certas afinidades com eles, principalmente pelo conjunto de ideais e, possivelmente, devido ao sucesso então alcançado pelos mesmos. Portanto, a ideologia do Estado Novo era formada por um conjunto de princípios como: nacionalismo, disciplina, hierarquia, integração nacional, etc. Tais princípios tentaram abranger e nortear todos os setores abrangidos pela política do Estado Novo.

Platão<sup>19</sup>, por meio de uma de suas máximas citadas, observava a falsa neutralidade política da educação, posta à



serviço do Estado: “o que havemos de por dentro do Estado, devemos por, antes, dentro da escola.”<sup>20</sup>

## **A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO**

A educação no Estado Novo teve um papel importante, possuindo cuidados especiais por parte do Estado. São criados em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, e o Conselho Nacional de Educação, órgãos estes, que seriam responsáveis por todos os aspectos pertinentes a educação.

Já em 1933, é criada a Superintendência de Educação Musical e Artística, transformada em 1939, em Serviço de Educação Musical (SEMA). Reunia cerca de 200 professores, os quais ministravam o ensino da música e do Canto Orfeônico nas escolas, nos diversos níveis de educação, na rede oficial.

Com a Constituição Federal de 1934, a Educação passa a ter

um capítulo específico, propiciando assim, o surgimento de uma Política Nacional de Educação. Ao Estado competia-lhe, única e exclusivamente, traçar as diretrizes da educação nacional, como também, implantar o Plano Nacional de Educação. Para isto, desde a instalação do Estado Novo, já estava constituído um grupo de trabalho cujos seus intelectuais na área de Educação ocuparam cargos da Administração Pública. Podemos destacar, pelo menos, alguns nomes os quais vieram a constituir a elite educadora<sup>21</sup>: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros.

O fato é que a política também sempre se ocupou da Educação e da Cultura, uma verdade, por isso, ela é incentivada de acordo com os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais do país.

Assim sendo, o Estado Novo não fugiu à regra, colocando intelectuais a seu serviço, como também, controlando-os,



afastando-os de suas funções, e chegando ao ponto de até prendê-los, como foi o caso de Graciliano Ramos<sup>22</sup>, Mário de Andrade<sup>23</sup> e tantos outros, mantendo, assim, o equilíbrio cultural e político: “a escola não pode ser independente de seu ambiente em que a vida política tem uma importante função [...]”.<sup>24</sup>

Nesse sentido, a educação supostamente neutra politicamente, possui uma ligação, uma relação indissolúvel com sua sociedade, sendo um instrumento de manutenção ou transformação de sua realidade social. Com relação à educação do Estado Novo, Vargas declara:

É de extrema urgência dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica.<sup>25</sup>

Por meio da declaração acima, em epígrafe, observamos

que o Estado Novo também lançou mão da educação para atingir seus objetivos particulares, seus ideais sóciopolíticos, econômicos e culturais. Com relação à pretensa neutralidade da educação, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema declara

assim, quando dizemos que a educação ficará a serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto estão sob a guarda, o controle ou defesa do Estado.<sup>26</sup>

Observa-se, acima, que a Educação, longe de ser neutra politicamente, constitui-se em um aparelho ideológico do Estado Novo<sup>27</sup> e, como tal, é adequada e ajustada, segundo as interesse Getulista, o qual norteou a Política Nacional de Educação durante o período.



Através de algumas declarações de eminentes personagens como Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema, respectivamente, citadas abaixo, identificamos alguns princípios ideológicos, como o nacionalismo, a disciplina, o ensino profissionalizante, a educação física, o anti-comunismo, entre outras, apregoadas pela cúpula do poder:

Não sendo uma simples fornecedora de noções técnicas mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria uma e nos interesses sociais que lhe estão incorporados, a educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento, não só eficaz, como até, decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais a juventude, agora mais do que nunca, será

formada.<sup>28</sup>

O ensino é assim um instrumento em ação para garantir a continuidade da pátria e dos conceitos cívicos e Moraes que nela se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gerações pelo treinamento físico, para uma vida sã e cuida ainda de lhe dar as possibilidades de prover a essa vida com aptidões de trabalho desenvolvidas pelo ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia.<sup>29</sup>

Nenhuma espécie de ensino no Brasil está exigindo no Brasil, tanto da ação dos poderes públicos como o ensino profissional. É por isto que a Constituição (1934) declara que, em matéria de educação, difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado.<sup>30</sup>

Com relação a influência de modelos estrangeiros na Política Educacional Brasileira, cabe citar a declaração do general Góes Monteiro<sup>31</sup>:

Mais tarde, sucediam as paradas das juventudes e as



mocinhas em exibição ítalo-germânicas, de marchas e clarinadas paramilitares. Mais tarde, o ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, implem- ginou reformas pedagógicas no ensino, de sentido nazifascistas, isto é, com a mesma disciplina então em voga na época.<sup>32</sup>

Ainda a respeito sobre a Reforma Capanema, Lauro de Oliveira<sup>33</sup> declara:

Estando o mundo conflagrado [pela Segunda Guerra Mundial], as democracias enfrentando, numa sangrenta luta de vida ou morte, o nazismo alemão, o facismo italiano e o militarismo japonês, a 'reforma' apresentava um organismo conservado em naftalina, sendo possível que nela tenha influído, decisivamente a reforma Gentil [Ministro da Educação do facismo italiano] da Itália, reforma que em todo o caso, tem as mesmas inspirações 'ideológicas' italiana.<sup>34</sup>

Existindo ou não uma simpatia por parte dos ideólogos

do Estado Novo, em relação aos Estados nazifascistas, estes, eram fortes economicamente e muito bem sucedidos politicamente, constituindo-se assim, em um modelo a ser seguido pelo Estado Novo Brasileiro.

### **A EDUCAÇÃO MUSICAL NO ESTADO NOVO: O ORFEÃO DE ORFEU.**

Concluindo, gostaria de expressar minha gratidão ao nosso Partido pelas claras decisões da Revolução, que me ajuda a encontrar uma linguagem musical compreensível para o nosso povo, merecedora de nosso povo e de nosso grande país.<sup>35</sup>

A Educação Musical no Estado Novo, em especial, o Canto Orfeônico no caso, como proposta pedagógico-musical, desempenhou papel muito importante em relação a sua função na vida social e política brasileira.

Nesse sentido, Wisnik



declara:

Aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional - eis o milagre realizado em dez anos pelo governo do presidente Getúlio Vargas.<sup>36</sup>

Com a reforma educacional promovida por Anísio Teixeira, em 1932, a Música e as demais Artes conquistaram um lugar de destaque, como um dos mais importantes alicerces da Escola Nova. Assim sendo, Villa-Lobos declara:

O canto orfeônico aplicado nas escolas tem como principal finalidade colaborar com os educadores para obter a disciplina espontânea dos alunos, despertando ao mesmo tempo, na mocidade, um sadio interesse pelas artes em geral e pelos grandes artistas nacionais e estrangeiros.<sup>37</sup>

A educação musical, inserida no macro-universo da educação brasileira, não poderia

deixar de ter a mesma essência ideológica da Escola Nova. Ela não era neutra politicamente, e nunca foi, sendo assim, ajustada e adequada segundo as diretrizes ideológicas que nortearam a Política Educacional no Estado Novo.

Assim sendo, Azevedo Amaral<sup>38</sup> declara que

a manutenção da nacionalidade, o seu progresso e desenvolvimento estão presos à questão educacional. É necessário educar-se o povo, despertando-lhes noções de civismo, de culto pela Pátria, de respeito aos seus maiores, de amor as nossas coisas. Paralelamente, o preparo das elites, encaminhando os moços, cultivando-os a serem os sustentáculos do Brasil, garantindo-o sabiamente.<sup>39</sup>

Em relação ao trabalho de Villa-Lobos como educador, Rosa Fucks declara:

Para Villa-Lobos, a música assumira um caráter social, principalmente a partir de



1930, quando iniciou o seu trabalho de educador. A partir de então, ele se dedicaria a tarefa de organizar o ensino de música nas escolas, no qual enfatizaria o caráter político-ideológico, transformando o canto coral, através de sua regência, no discurso do poder.<sup>40</sup>

O *Canto Orfeônico* foi apresentado como sendo uma nova proposta metodológica para a Educação Musical, uma proposta pedagógico-musical no currículo das Escolas da Rede Oficial<sup>41</sup>. Começou a funcionar oficialmente em 1931, no Rio de Janeiro, expandindo-se por todo o país, através da Rede Oficial de Ensino, como também, pelos órgãos de ensino responsáveis. Neste sentido, Rosa Fucks declara:

Durante este regime, o canto orfeônico tornou-se obrigatório em todas as escolas, nas quais passou a desenvolver-se um projeto 'estético-pedagógico-autoritário'.

Ocorreram também, gigantescas concentrações orfeônicas, nas quais a música era o veículo da exaltação do Estado Autoritário.<sup>42</sup>

Apresentando uma faceta de uma metodologia neutra politicamente, o Canto Orfeônico era comprometido ideologicamente com o poder dominante – o Estado Novo, se configurando em um aparelho ideológico e, como um instrumento à serviço do poder autoritário. Sua função era orientada pelos princípios ideológicos como: nacionalismo, disciplina, civismo, culto à pátria, etc.

Cabe ressaltar as inúmeras concentrações orfeônicas nas comemorações cívico-nacionais, as quais reuniram cerca de 12 a 41 mil vozes. Em relação a estas manifestações, o próprio Villa-Lobos declara:

Fatos como este vem provar a prodigiosa intuição musical das crianças brasileiras, a par da facilidade de submeterem



a um rigoroso espírito de disciplina por meio da música. Essa constatação nos faz descortinar uma era promissora e nos deixa entrever as benéficas conseqüências educacionais decorrentes da implantação do canto coletivo nas escolas brasileiras.<sup>43</sup>

O Canto Orfeônico mobilizou as massas para o delírio patriótico, para o culto à Pátria e as autoridades. Assim sendo, observamos estas características na declaração abaixo, feita por Wisnik:

Através do canto coral, se quer levar a população ao transe cívico, composto de êxtase e acese, identificação fervorosa e introjeção da autoridade. A música tem de, ao mesmo tempo, desencadear forças afetivas, e representá-las; detoná-las e contê-las; liberá-las e dirigi-las.<sup>44</sup>

Com relação à influência de modelos estrangeiros na educação musical, observamos na declaração abaixo, feita pelo

general Góes Monteiro:

Mais tarde, sucediam as paradas das juventudes e as mocinhas em exibição ítalo-germânicas, de marchas e clarinadas paramilitares. Mais tarde, o Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, imaginou reformas pedagógicas no ensino, de sentido nazi-facistas, isto é, com a mesma disciplinarão em voga na época.<sup>45</sup>

## CONCLUSÃO

A Educação no Estado Novo, neutra politicamente ou não, e fundamentada também nos princípios ideológicos os quais a nortearam, estaria à serviço do Estado Novo Getulista. Neste sentido, o Canto Orfeônico, como uma proposta metodológico-pedagógica para a Educação Musical, poderia estar adequado e ajustado segundo as diretrizes ideológicas que nortearam a Educação Brasileira neste período. Em relação ao trabalho de Villa-Lobos, Fucks ainda



observa:

Entretanto, a sua grande contribuição ao ensino de música nas escolas foi o espaço por ele conquistado, o que resultou num respeito à educação musical. Mas a ideologia que revestia este canto e que o transformou no discurso do Estado, faz-nos refletir sobre o tipo de respeito que o ensino da música adquiriu a partir do Estado Novo.<sup>46</sup>

Consciente ou não, Villalobos teria assim contribuído, através do Canto Orfeônico, para o delírio cívico, patriótico, ufano, para alienação e manipulação das massas populares, segundo os princípios ideológicos do Governo Getulista, o seu poder dominante<sup>47</sup>. Assim sendo, o canto orfeônico provocaria a liberação afetiva das massas populares, até então reprimidas, ativando assim, as forças dinâmicas<sup>48</sup> de trabalho, canalizando-as para atender os objetivos do Estado Getulista, tido autoritário. Neste sentido, o

ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema declara:

A coletividade verá de perto os benefícios que o sistema trará ao país criando uma nova mentalidade das classes trabalhadoras, para que melhor exerçam suas atividades, sem ressentimentos e desarmonia, num justo equilíbrio de ação, para melhor estabilidade e grandeza da vida nacional.<sup>49</sup>

#### ***CODA FINALE***

Pois agora meus irmãos, cantemos; não para deleite do ócio, mas para suavizarmos o trabalho. Como os viajantes estão acostumados a cantar, canta mas anda, cantando para facilitar o trabalho, não ames a preguiça. Canta e anda. O que é anda? Progride no bem [...].<sup>50</sup>

Pode-se observar também, que a Educação Musical, não seria somente o ensino de uma área específica da Arte, tendo ou não uma falsa neutralidade política, mas pode e deve ter



uma função social, uma essência política, posicionando-se ora como um instrumento de preservação, ora, como instrumento de transformação da realidade social no campo educacional. Entretanto, em última análise, o Canto Orfônico<sup>51</sup>, como proposta pedagógico-musical do Estado Novo, inserido na Escola Nova, independente ou não de ser considerada um tipo de discurso do poder do Governo Getulista e, impregnada de sua ideologia<sup>52</sup>, nacionalismo, ufanismo, disciplina, civismo, cultura brasileira, também contribuiu de forma indelével para a formação da identidade nacional no imaginário popular da sociedade brasileira, em seu inconsciente coletivo.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Heitor Villa-Lobos, *a priori*, por meio do Canto Orfônico, sua metodologia pedagógico-musical baseada em repertório nacionalista<sup>53</sup>, em especial, com músicas folclóricas, se constituiu

em um processo educacional cuja a ideologia<sup>54</sup> objetivava a construção de uma identidade de um novo cidadão brasileiro, voltado a sua terra, a sua gente, a sua cultura... por meio do canto coletivo – o Canto Orfônico, para a construção de uma nova sociedade... de um novo país – O Estado Novo Brasileiro.

Em 1930, Villa-Lobos é nomeado superintendente da Educação Musical no Estado do Rio. Realiza, então, uma notável obra pedagógica (provavelmente sem equivalente) que culmina, em 1942, com a fundação do seu Conservatório Nacional de Canto Orfônico e a criação de inúmeros corais populares, sobretudo nas escolas.<sup>55</sup>

Embora a música de Villa-Lobos exprima ainda um fenômeno de aculturação, é ele que nos liberta do modelo europeu. Exorbita, entretanto, Villa-Lobos das pregações e credos nacionalista, porque não precisou esperar pelos manifestos estéticos para que a sua música brotasse e crescesse. Incapaz de



seguir receitas, nunca se curvou ante a utilidade, a vantagem, a necessidade estética de compor música brasileira.

O contato íntimo que estabelece com a música folclórica, ao colhê-la na fonte, impregna-lhe a obra inteira de íntima brasilidade, prodigiosamente diversificada. A vivência extrema, na absorção complexa de materiais, que vão desde o canto urbano carioca ao indivíduo do Alto Purus, corresponde a uma produção inesgotável, a mostrar-nos que Villa-Lobos se alimenta de brasilidade, de todas as nossas vozes folclóricas das cidades e das selvas, mas também do espetáculo dos rios, das matas e das montanhas, da realidade do homem e da natureza,<sup>56</sup> e político.

## BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Loius. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BENNETT, Roy. *História da*

*música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CANDÉ, Roland de. *Os músicos: a vida, a obra, os estilos*. Lisboa: Edições 70, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CULLEN, T. *Música sacra: subsídios para uma interpretação musical*. Brasília: Musimed, 1983.

FILHO, L. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978.

FUCKS, Rosa. *A música na escola normal: um fenômeno estético*. Rio de Janeiro: IES-Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1988.

JANNIBELLI, Emilia. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.



MACHADO, Lia. *Estado, escola e ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/DAC/Museu Villa-Lobos Arte Moderna, 1977.

MORAES, J-J. *O que é música*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SILVA, M. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980.

SQUEFF, Enio; WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TALINA, João Carlos. *A educação musical no Estado Novo: o orfeão de Orfeu*. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação do Conservatório Brasileiro de Música, monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Musical, 1990.

WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

## NOTAS

<sup>1</sup> MORAES, J-J. *O que é música*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 48.

<sup>2</sup> Resumo da Monografia de conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Musical do Conservatório Brasileiro de Música IES – CBM, 1989.

<sup>3</sup> Sobre Heitor Villa-Lobos, Cf. FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978.

<sup>4</sup> O Estado Novo, inserido na chamada Terceira República Brasileira, ou Era Vargas, transcorreu no período de 1937 a 1945.

<sup>5</sup> Canto Orfeônico, proposta de como Método Pedagógico-Musical no Estado Novo, Cf. JANNIBELLI, E A. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.

<sup>6</sup> Adolf Hitler foi líder do Partido Nazista, de 1921 a 1945; Chanceler do 3º Reich desde 1933; e Führer da Alemanha a partir de 1934 até 1945.

<sup>7</sup> Richard Wagner, compositor alemão do Período Romântico do século XIX. Cf. BENNETT, Roy. *História da Música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 62-64.

<sup>8</sup> Alemanha Nazista, período compreendido entre 1933 e 1945, cujo governo era exercido por Adolf Hitler,



do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

<sup>9</sup> Documentários realizados pelo apresentador Walmor Chagas, da Rede Globo de Televisão, em 1970, na série “Europa em Guerra”.

<sup>10</sup> Gustavo Capanema Filho, político brasileiro, foi ministro da Educação e da Saúde Pública no Período do Estado Novo.

<sup>11</sup> Manuel Bergstroem Lourenço Filho foi educador, pedagogo, sociólogo brasileiro, pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova, com viés de uma educação igualitária e estatal.

<sup>12</sup> Fernando de Azevedo foi educador e pedagogo brasileiro, também pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova.

<sup>13</sup> Anísio Teixeira foi um educador e pedagogo brasileiro, também pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova.

<sup>14</sup> Elite educadora, é um termo aqui utilizado, para designar algumas eminentes figuras que se destacaram pela produção intelectual, como também, pelo desempenho em cargos na administração pública no Período do Estado Novo, como por exemplo, Gustavo Capanema, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, entre outros, ligados à Escola Nova, bem como, Heitor Villa-Lobos.

<sup>15</sup> Sobre o conceito de Aparelho ideológico de Estado, Cf. ALTHUSSER,

L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>16</sup> ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983, p. 48.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>18</sup> Regimes nazifacistas europeus, ou seja, Alemanha e Itália, durante a 2ª Guerra Mundial.

<sup>19</sup> Platão, filósofo e matemático grego do Período Clássico da Grécia Antiga.

<sup>20</sup> FILHO, L. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. v. II. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 28.

<sup>21</sup> Elite educadora, pertencente ao Governo do Estado Novo.

<sup>22</sup> Graciliano Ramos foi político, romancista e jornalista brasileiro.

<sup>23</sup> Mário Raul de Moraes Andrade foi romancista, historiador de arte, musicólogo e etnomusicólogo brasileiro.

<sup>24</sup> Quanto à Escola Nova, ou movimento escolanovista, teria influência nas correntes pedagógicas europeias e dos Estados Unidos, movimento este baseado em uma educação renovadora, gratuita, laica, igualitária – um instrumento de transformação social. Cf. FILHO, *op.cit.*, p. 29.

<sup>25</sup> SILVA, M. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980, p. 25.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>27</sup> ALTHUSSER, *op.cit.*, p. 66-72.



<sup>28</sup> SILVA, op.cit., p. 28.

<sup>29</sup> Ibid., p. 29. Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; e CHAÚÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi um general e político brasileiro.

<sup>32</sup> SILVA, op.cit., p. 34.

<sup>33</sup> Lauro de Oliveira Lima, foi um político, educador e pedagogo brasileiro.

<sup>34</sup> SILVA, op.cit., p. 35.

<sup>35</sup> MORAES, op.cit., p. 48.

<sup>36</sup> WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 175.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Antônio José Azevedo Amaral foi um ideólogo, político, escritor, jornalista e tradutor brasileiro.

<sup>39</sup> SILVA, op.cit., p. 26.

<sup>40</sup> FUCKS, R. *A música na escola normal: um fenômeno estético*. Rio de Janeiro: IES-Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1988, p. 28.

<sup>41</sup> A partir de 1937 surge a Iniciação Musical, proposta metodológica que foi desenvolvida em algumas escolas da rede privada do Rio de Janeiro.

<sup>42</sup> FUCKS, op.cit., p. 31.

<sup>43</sup> WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 183.

<sup>44</sup> Ibid, p. 188.

<sup>45</sup> SILVA, op.cit., p. 34.

<sup>46</sup> FUCKS, op.cit., p. 31.

<sup>47</sup> Quanto ao conceito de Poder dominante, Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

<sup>48</sup> Cf. ANDRADE, Mário. *Música e feitiçaria no Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Nacional do Livro, 1983.

<sup>49</sup> SILVA, op.cit., p. 34.

<sup>50</sup> CULLEN, T. *Música sacra: subsídios para uma interpretação musical*. Brasília: Musimed, 1983, p. 3.

<sup>51</sup> Ainda sobre o Canto Orfônico, como proposta pedagógico-musical Cf. JANNIBELLI, Emilia. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.

<sup>52</sup> Cf. conceito de ideologia. MACHADO, Lia Z. *Estado, escola e ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 183-187; CHAÚÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>53</sup> Repertório Nacionalista baseado em composições de compositores ligados ao Período Estético-Musical Neo-Nacionalista/Nacionalista do Século XX. Cf. BENNETT, op.cit., p. 68-69.

<sup>54</sup> Sobre o conceito de ideologia, Cf. BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>55</sup> Cf. CANDÉ, Roland de. *Os músicos: a vida, a obra, os estilos*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 221.



---

<sup>56</sup> Cf. FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978, p.4-6; MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/DAC/Museu Villa-Lobos Arte Moderna, 1977, p. 83-91.